



CARLOS SANTIAGO E AGÊNCIAS
csantiago@jj.com.br

Deputado

Na solenidade realizada ontem (9), no Palácio dos Bandeirantes, o deputado estadual Junior Aprillanti (PSB) também marcou presença durante anúncio do convênio que garante R\$ 24 mi para obras das alças viárias. Segundo Aprillanti, participar dessa cerimônia é uma forma de consagrar um trabalho iniciado por ele enquanto secretário de Obras do município de Jundiá.

Ateal

O vereador Wagner Ligabó (PPS) fez uma homenagem, ontem, durante a sessão da Câmara, à Ateal. A entidade comemora 35 anos em atividade e já atendeu, ao longo do período, cerca de 75 mil pessoas. Ligabó mencionou ter participado de um evento comemorativo na manhã de ontem (9). "Hoje, a Ateal atende 2,7 mil pessoas, das quais 450 são crianças de Jundiá e de mais 18 municípios".

Queixas

Os vereadores Romildo Antônio (PR) e Márcio Cabeleireiro (PMDB) se queixaram do que definiram como 'mal atendimento' prestado por algumas UBSs. Romildo pediu atenção da Gestão de Saúde. "O Votor Oeste tem reclamações de que os gestores dos postos estão tratando mal os pacientes". Márcio Cabeleireiro apoiou o colega: "Não se trata de atendimento ruim do postinho, mas sim de alguns funcionários públicos".

Polêmica

Um velho assunto voltou à baila ontem, durante as discussões em torno do 'congelamento' da Serra: a questão da realização de 'despachos' em áreas de manancial. O assunto foi levantado pelo vereador Roberto Conde (PRB), que reclamou a falta de ações de segurança do município para cobrir a prática. Paulo Sérgio Martins apelou para um tom conciliatório: "Quem faz despachos e deixa ali o material é gente de fora de Jundiá. Os jundienses recolhem todo o material". Rafael Antonucci (PSDB), no entanto, disse que "É incrível como há 'porcaria' deixadas na Serra".

Previdência

A Comissão Especial da Reforma da Previdência concluiu na noite desta segunda-feira (9) a votação dos destaques ao relatório do deputado Arthur Maia (PPS-BR). Agora, o texto está liberado para ser levado ao plenário da Câmara. A expectativa é que a votação ocorra nos dias 24 e 31 de maio, em dois tumos. No total, foram apreciados 10 destaques remanescentes da reunião anterior.

Interesse Turístico

A Assembleia Legislativa aprovou, na noite de ontem (9), o projeto de lei que classifica Jundiá como sendo 'Município de Interesse Turístico Estadual'. Agora, segue para sanção do governador do Estado, Geraldo Alckmin, que tem 30 dias para se manifestar a respeito da matéria.

PROGRAMA PRÓ TRANSPORTE

Prefeitura garante R\$ 24 mi para obras do Complexo Viário

O prefeito de Jundiá, Luiz Fernando Machado (PSDB), esteve nesta terça-feira (9) no Palácio dos Bandeirantes, sede do Governo do Estado de São Paulo, para assinatura do convênio do Programa Pró Transporte, que garante o repasse de R\$ 24 milhões para as obras do Complexo Viário Jundiá (alças da Anhanguera). O chefe do Executivo foi acompanhado pelo vice-prefeito, Dr. Pacheco, e do gestor de Governo e Finanças, José Antônio Parimoschi.

De acordo com o prefeito, a verba será utilizada nas obras que serão necessárias no trecho que contempla o Córrego das Valquírias e na região da Vila Comercial (próximo ao Residencial Anchieta). "Estas são as duas áreas prioritárias neste momento e a conquista deste financiamento é muito importante, uma vez que garante a reali-

zação de uma obra muito esperada e que trará resultados muito positivos na mobilidade do município", destacou Luiz Fernando.

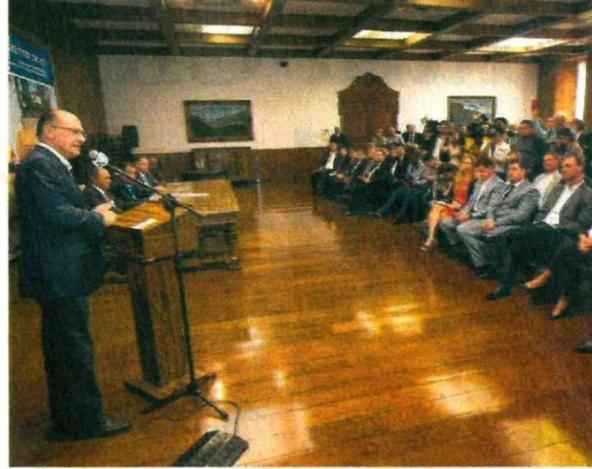
Segundo o gestor de Governo e Finanças, o financiamento para a obra foi a primeira solicitação feita pela nova gestão ao Estado logo no início do ano, uma vez que a administração anterior não deixou dotação orçamentária para custear a parte que cabe ao município. "O financiamento será pago em 72 meses, com 12 meses de carência e taxa de 0,76%. O dinheiro será repassado na medida em que os trabalhos forem executados", explicou Parimoschi.

Os recursos são oriundos do FGTS e serão repassados pela Caixa Econômica Federal à Desenvolve SP (Agência de Desenvolvimento Paulista), que fará a liberação para o município. A previsão inicial de entrega da primeira

parte da obra, que é a transposição do km 55,9 (trevo da avenida 9 de Julho que chega à rodoviária) é para janeiro de 2018. Já o trecho no Viaduto das Valquírias, no km 58,9, tem previsão de entrega para abril de 2018.

O convênio

Ao todo, o Pró Transporte vai liberar R\$ 165 milhões para 11 municípios paulistas por meio de projetos aprovados pela Desenvolve SP. Presente à cerimônia de assinatura do convênio, o presidente da agência estatal, Milton Luiz, destacou a importância da aplicação dos recursos conseguidos na esfera federal de forma mais sincronizada com as realidades locais. "Além de trazer melhorias à população, os investimentos vão gerar também emprego e renda, o que é outro reflexo positivo do atual cenário econômico", pontuou.



GOVERNADOR Geraldo Alckmin assinou o convênio no Palácio dos Bandeirantes ontem

O governador Geraldo Alckmin ressaltou que a parceria ganha ainda mais relevância uma vez que a mobilidade é o grande desafio das cidades em todo o Brasil. "Para se ter uma ideia da relevância deste convênio, é a

primeira vez que a Caixa Econômica Federal repassa recursos a um terceiro, neste caso a Desenvolve SP, para que a verba seja então enviada para quem está contratando o financiamento", mencionou.

SESSÃO ORDINÁRIA/JUNDIÁ

Projeto do vereador e presidente da Casa, Gustavo Martinelli (PSDB), obteve 19 votos favoráveis na noite de ontem

'Congelamento' da Serra está garantido por mais 10 anos

CARLOS SANTIAGO
csantiago@jj.com.br

A Área de Gestão da Serra do Japi está protegida por mais 10 anos - e permanecem, por este período, vedados os procedimentos do poder público para fins imobiliários naquela área. O 'congelamento' da Serra (que começou em 2012, através de projeto sancionado em 24 de maio daquele ano pelo então prefeito Miguel Haddad) foi definido ontem, na 14ª sessão ordinária desta legislatura, por meio da votação (e aprovação, com 19 votos favoráveis) do projeto de lei 1.018/2017.

De autoria do vereador e presidente da Casa, Gustavo Martinelli (PSDB), o projeto aprovado ontem altera a Lei Complementar 518/2012. Em sua fala, Martinelli disse que foi questionado sobre o porquê de o 'congelamento' não ser feito para 50 anos ou até para 100 anos. E respondeu: "Porque precisamos revisar a Lei Complementar 417/2004. Quando essa legislação for revisada, a lei



VOTAÇÃO Em seu discurso, Gustavo Martinelli (PSDB) afirma que é necessário revisar a Lei Complementar 417/2004

aprovada hoje será revogada".

A questão da revisão da Lei 417 foi abordada por outros parlamentares. Leandro Palmarini (PV) afirmou que a questão é urgente, manter esse 'bloqueio' e impedindo que a Serra possa so-

frer qualquer impacto".

Paulo Sérgio Martins (PPS) concordou. "Precisamos fazer os estudos e revigorar a legislação". Wagner Ligabó (PPS) opinou que "é importante estarmos à frente das ações contra essa guerra imobiliária

que tantos males tem causado à nossa Serra."

Rafael Antonucci (PSDB) lembrou outras questões. "Temos de impedir a especulação, ao mesmo tempo em que a Serra do Japi tem muito, ainda, que contraria as normas, co-

mo, por exemplo, cercas vivas de arame farpado. Mas temos de lutar pela Serra enquanto perdurar a humanidade. Esse é o período". O vereador pastor Roberto Conde (PRB) destacou que é preciso explorar melhor a Serra do Japi no sentido turístico. "Faltam ações do poder público para estimular o jundiense a conhecer aquela área." O projeto de lei, agora, deve ser sancionado nos próximos dias pelo prefeito Luiz Fernando Machado - sob risco de haver um vácuo legal que permita, apesar da aprovação da matéria, a concessão de novos empreendimentos.

Segurança

Também foi aprovado, na sessão de ontem, o projeto de lei 12.177/2017, de autoria de Paulo Sérgio Martins (PPS). O objetivo, explicou o vereador e delegado, é fazer com que a população se habitue a colaborar com as denúncias de crimes em cada uma das comunidades. O projeto foi aprovado por 18 votos favoráveis.

VARA FEDERAL

Suspensas atividades de Instituto em SP

O juiz federal substituto Ricardo Augusto Soares Leite, da 10ª Vara Federal de Brasília, ordenou a suspensão das atividades do Instituto Lula, localizado no bairro do Ipiranga, em São Paulo. A decisão, divulgada nesta terça-feira (9), foi tomada no último dia 5.

Na mesma decisão, Leite acolheu manifestação do Ministério Público Federal que pediu a coleta de documentos para uma ação judicial que tramita em Brasília a fim de apurar possível envolvimento do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva na compra do silêncio do ex-diretor da área internacional da

Petrobras Nestor Cerveró.

A paralisação não foi pedida pelos procuradores da República. A reportagem apurou que a decisão de suspender as atividades do instituto partiu do próprio magistrado, que, pela lei, poderia adotá-la. Em sua decisão, Leite escreveu que "o artigo 319 do Código de Processo Penal possibilita ao magistrado medidas cautelares diversas da prisão, que, em síntese, buscam evitar qualquer incriminação desnecessária, mas também assegurar os objetivos cautelares, todos descritos pelo artigo 312 do Estatuto Processual Penal". (Folhapress)

EM CURITIBA

Tribunal nega pedido e mantém depoimento de Lula a Moro hoje

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região manteve o depoimento do ex-presidente Lula na Justiça Federal em Curitiba, nesta quarta (10). Na segunda-feira (8), a defesa de Lula havia pedido a suspensão do processo e do depoimento do petista ao juiz Sérgio Moro.

A defesa alega não ter tempo suficiente para analisar documentos da Petrobras relativos ao caso que deveriam ser juntados à ação penal.

Os advogados afirmam que haviam pedido documentos da Petrobras relativos à acusação e que o material só foi levado ao processo a partir de 28

de abril. Diz que são 5.000 documentos, com "estimadas cerca de 100 mil páginas", ou 5,42 gigabytes, que estão "sem índice" e foram encaminhados de forma desorganizada.

O juiz Nivaldo Brunoni negou o pedido, afirmando que a documentação foi requerida pela própria defesa e não está relacionada aos contratos indicados na denúncia. "Veja-se que a juntada de documentação pela Petrobras foi requerida pela própria defesa. Ainda que em certa medida impertinente ao processo, porquanto não relacionada aos contratos indicados na denúncia, foi fa-

cultada pelo juízo de primeiro grau a sua obtenção para posterior juntada ao processo, inclusive com o comparecimento pessoal na sede da empresa", afirmou na decisão. Em seu despacho, o magistrado diz que o prazo de 90 dias pedido para a defesa para o exame do material não é "razoável".

A acusação do MPF sustentada nesse processo que Lula recebeu propina da empreiteira OAS em troca de benefícios à empresa na Petrobras nos governos petistas. A defesa já havia pedido anteriormente a nulidade do processo e o afastamento de Moro do caso.